

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
AL FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento elege pré-sal como prioridade

Royalties da exploração do mineral para Santa Catarina integram Agenda Positiva

Eduardo Guedes de Oliveira



No Auditório Antonieta de Barros, seminário trata das implicações econômicas da exploração do mineral para o estado

A Assembleia Legislativa, com apoio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), realizou, dia 22,

o Seminário "O Petróleo do Pré-Sal: Implicações Econômicas para Santa Catarina". Na ocasião, foi apresentado estudo encomen-

dado pela entidade fazendo um diagnóstico da exploração e produção do petróleo e gás no Brasil.

No encontro, o presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello, destacou o assunto como um dos desafios de SC.

Páginas 4 e 5

Escolas entram na luta pelo transplante

SC terá Dia de Combate ao Crack

Professores ganham direito à meia entrada

Página 7

Audiência debate Defensoria Pública

Alberto Neves



Criciúma sedia quinta reunião sobre o assunto

Página 6

Homenagem ao auditor fiscal

Eduardo Guedes de Oliveira

A Assembleia Legislativa realizou, dia 23, sessão especial para destacar passagem do Dia do Auditor Fiscal e os 21 anos do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco). Requerida pelo deputado Renato Hinnig, a solenidade foi marcada pelo lançamento do livro "História do fisco catarinense – Construindo uma Santa Catarina melhor", elaborado pelo jornalista Moacir Pereira.



Página 3

Autoridades acompanham a cerimônia no Plenário Osni Régis

Página 6

OPINIÃO

A agricultura familiar precisa se orgulhar

É sabido que o Estado de Santa Catarina possui apenas 1,1% do território nacional. Apesar disso nos destacamos como o sexto produtor de alimentos, sendo o quinto maior exportador no ranking dos Estados brasileiros.

Sabemos também que o modelo agrícola catarinense é praticamente baseado na agricultura familiar, onde cerca de 90% dos estabelecimentos possuem até 50 hectares e são responsáveis por 70% da produção agropecuária do Estado.

Apesar dos entraves, Santa Catarina é o maior produtor nacional de maçã, cebola e carne suína; o segundo produtor nacional de fumo e de aves; o terceiro produtor de arroz; o quarto de alho e de bananas; o quinto produtor de batatas e o sexto de milho e leite.

Precisamos continuar contando com a eficiência dos nossos trabalhadores e dos empreendedores

rurais, para mantermos os bons resultados. Isto implica em um grande esforço do Governo e da sociedade em garantir a competitividade do setor frente às exigências do mercado globalizado.

Nesta linha de trabalho, vale ressaltar a implementação do Programa Microbacias, lançado pela primeira vez em 1991 como alternativa para diminuir os impactos ambientais e viabilizar economicamente a agricultura familiar. Este projeto incentivou os agricultores, com apoio financeiro para a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo do solo, melhoria da água e conservação da biodiversidade.

Em setembro de 2002, o Banco Mundial ajudou a financiar a segunda etapa do Projeto, o Microbacias 2, no valor US\$ 107,5 milhões, a serem aplicados num período de seis anos (2002 – 2008). Agora, estamos vendo formar-se

a mesa de negociações para que seja dado um novo passo. A continuidade do Programa, a ser denominada de Microbacias 3, está na iminência de tornar-se realidade. Por isso, todo o nosso esforço deve estar voltado para a concretização deste importante mecanismo de desenvolvimento, em sinergia com as esferas políticas, conscientes em defender o setor.

Hoje, apenas 21% da população catarinense ainda vive no campo. Portanto, é preciso a execução de uma política agrícola eficiente que mantenha essa população restante no meio rural, e produtiva. É necessário também que essa população seja reconhecida como verdadeiros cidadãos e tratados com dignidade para que possam se orgulhar do que fazem em prol da sociedade.

Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB)

O povo resiste em Honduras

Desde 28 de junho há manifestações todos os dias nas principais cidades de Honduras sem que ninguém faça uma convocação. Nos dias de convocação, chegam a 50 mil pessoas na capital e em San Pedro Sula, a cidade industrial.

Os gorilas realizaram um golpe preventivo, sequestrando o presidente, justamente para que os trabalhadores e o povo pobre não comessem a tomar gosto pela soberania popular e pelos direitos elementares. Manuel Zelaya tinha aumentado os salários, distribuído terras e, a gota d'água, convocara um referendo com o objetivo de eleger uma assembleia constituinte. Erraram nos cálculos os golpistas, pois o povo já começara a gostar de transformações.

Com o retorno de Zelaya, em 21 de setembro, indo pedir proteção justamente na embaixada brasileira, a euforia popular se multiplicou por cem. Esse plano foi inteligentíssimo, pois o Brasil é um país

respeitado por lá, e força o governo brasileiro a girar à esquerda na sua política internacional. Desde que se espalhou a notícia da presença de presidente legítimo, Honduras deixou de ser um país em "transe" e agora é um país em ebulição.

Reprimem violentamente, e isso enfurece mais os manifestantes, radicalizando ânimos. Decretam toque de recolher, e, pelo tempo de duração, acabam indignando também a parte da população que está indecisa, pois começa crise de abastecimento. Suspendem o toque de recolher, e centenas de milhares aparecem em marcha, no centro da capital. Reprimem com mais violência, e instigam revoltas.

Não se despreze o fato de que estão matando gente, neste momento. Se o governo golpista reconhece uma morte entre os manifestantes, é porque já devem ser dezenas. Realizam prisões em massa, e precisam usar estádios como prisões, lembrando o Chile

de 1973. Como ainda podem falar em democracia? Rádios e canais de televisão independentes são tirados do ar e da internet e aeroportos são fechados. Uma ditadura no sentido mais exato da palavra.

O povo vencerá em Honduras, e isso é questão de tempo e de forma. Se ainda nesta data as forças de repressão estão massacrando o povo, esse jogo vira e, em pouco tempo, os organismos internacionais terão que ir garantir a vida dos gorilas. A luta hondurenha é nossa luta! Honduras de 2009 não pode ser a Guatemala de 1953, ou seja, o limiar de onda de golpes militares por todo o continente. A vitória deles será a nossa vitória, pois avançarão lá em soberania popular, espalhando exemplo, e os gorilas de todo o continente, inclusive os daqui, terão que pensar mais antes de cometer desastrosos.

Deputado Sargento Amauri Soares (PDT)

Mudanças no Parlamento Jovem

Alegando dificuldades de deslocamento e conflitos com o calendário escolar, duas escolas sorteadas para a nona edição do Programa Parlamento Jovem – Construindo a Cidadania na Escola, desistiram de participar. Ficaram fora desta edição a Escola de Ensino Básico José do Patrocínio, de Siderópolis e o Colégio Marista São Luis, de Jaraguá do Sul.

Elas foram substituídas pela Escola de Educação Básica Rubens de Arruda Ramos, de Criciúma e Escola de Educação Básica Presidente Médici, de Joinville, durante novo sorteio ocorrido na semana passada, somente com a presença de escolas das duas regiões. A

participação no Parlamento Jovem é feita por região, e cinco alunos de cada uma das oito unidades escolares sorteadas receberão treinamento especial e assessoria da Escola do Legislativo, que coordena os trabalhos.

No programa, os 40 "jovens deputados" apresentam um projeto de lei elaborado em cada instituição de ensino e que, durante os dois dias de atuação deles no Parlamento, são debatidos e votados em Plenário. As matérias aprovadas são encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa e podem até ser transformadas em projetos de lei, a exemplo do que já ocorreu em edições anteriores do programa.

As Escolas

Grande Florianópolis: Escola de Educação Básica Bartolomeu da Silva, de Canelinha; **Oeste:** Escola de Educação Professora Irene Stonoga, de Chapecó; **Planalto Norte:** Escola de Educação Básica Santa Cruz, de Canoinhas; **Nordeste:** Escola de Educação Básica Presidente Médici, de Joinville; **Sul:** Escola de Educação Básica Rubens de Arruda Ramos, de Criciúma; **Vale do Itajaí:** Centro Educacional Crandon, de Piçarras; **Meio Oeste:** Escola de Educação Básica Prefeito Silvío Santos, de Ouro; **Planalto Serrano:** Escola de Educação Básica Adolfo José Martins, de Bom Jardim da Serra.

[AGENDA]

- **Dia 28, 9h:** II Encontro Catarinense da Síndrome do X-Frágil
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 28, 19h:** Sessão especial em homenagem aos 25 anos da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat/SC)
Local: Plenário
- **Dia 29, 19h:** Lançamento da XVII edição da EFAPI - Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **Dia 29, 19h:** Ato solene em homenagem à memória e história do ex-deputado Paulo Stuart Wright
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 30, 19h:** Ato solene comemorativo ao Dia do Maçom e lançamento do livro "A história da ACI", do jornalista Cyro Barreto
Local: Auditório Antonieta de Barros e Espaço Cultural Jerônimo Coelho
- **Dia 1º, 19h:** Sessão especial em homenagem ao Dia dos Representantes Comerciais
Local: Plenário

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Legislativo destaca Dia do Auditor Fiscal e os 21 anos do Sindifisco

Sessão especial celebra trajetória de vitórias do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina

Andreza de Souza

Uma sessão especial em homenagem ao Dia do Auditor Fiscal e aos 21 anos do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco) foi realizada dia 23, no Plenário da Assembleia Legislativa. Na solenidade, o jornalista Moacir Pereira lançou o livro "História do fisco catarinense – Construindo uma Santa Catarina melhor". Autoridades, parlamentares, jornalistas, servidores públicos e familiares prestigiaram o evento proposto e conduzido pelo deputado Renato Hinnig (PMDB).

Como parte das comemorações, foi apresentado um vídeo do Sindifisco que mostrou imagens dos idealizadores da entidade, seus compromissos, sonhos e novas ações. A produção destacou a responsabilidade, a seriedade e a dedicação dos profissionais para a valorização da atividade fiscal no estado. Desde a criação, em 22 de outubro de 1988, do primeiro sindicato da categoria, um dos muitos objetivos da entidade tem sido defender o interesse público em questões que tratem de matéria tributária.

Como proponente da sessão solene, Hinnig agradeceu o apoio e a confiança que teve quando desempenhou a função de diretor de Tributação na Secretaria de Estado da Fazenda e observou que Santa Catarina tem um fisco diferente, onde se trabalha com o olhar para a população catarinense. "Temos consciência da importância do trabalho dos fiscais no dia a dia. É difícil e complicado. Mas o dever é buscar e recolher aquilo que é devido ao Estado. São esses recursos que, investidos em educação, saúde e segurança melhoram a qualidade de vida das pessoas", disse.

Vibrantes

O presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Rogério Macanhão, agradeceu a homenagem e classificou os fiscais como "profissionais vibrantes do Estado". Ele acrescentou que cada trabalhador do fisco catarinense é um agente de cidadania, que prima pelos direitos individuais e coletivos. Já para o presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, a



Como proponente da homenagem, deputado Renato Hinnig ressalta importância do trabalho dos fiscais para sociedade

entidade chega à maioria trazendo o reflexo da conduta dos servidores da sociedade comprometidos com a causa pública. Ele falou dos desafios, das conquistas ao longo dos 21 anos e do planejamento de várias ações pró-ativas. "Nossa renúncia é grande para desempenhar esse importante papel, mas a recompensa é maior ainda."

O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e o vice-governador, Leonel Pavan (PSDB), prestigiaram o evento, juntamente com o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni. Unânicos, eles enalteceram o fundamental trabalho dos profissionais do fisco estadual e declararam que Santa Catarina é um estado de destaque entre os demais da federação.

O governador afirmou que o governo tem uma postura diferenciada. "Não aumentamos nem criamos impostos, e sim reduzimos as taxas, a exemplo do que fizemos com o setor têxtil." Já Pavan disse que muitos questionam a dureza do fiscal catarinense. "Mas é por isso que estamos crescendo. Eles são os grandes responsáveis por esse crescimento social e econômico." Para Gavazzoni, mesmo com os reflexos das crises internacional e ambiental no estado, Santa Catarina continua de pé graças ao esforço coletivo. "A homenagem é para todos que construíram e continuam construindo essa história", concluiu.

Os homenageados

- **Luiz Henrique da Silveira - governador**
- Leonel Pavan – vice-governador
- **Marcos Gavazzoni – secretário de Estado da Fazenda**
- Gelson Merísio – em nome do Parlamento catarinense
- **José Carlos Domingos Carneiro, in memoriam – representado por Maria dos Santos Carneiro**
- Anastácio Martins – representado por Ramon Santos de Medeiros
- **Renato Luiz Hinnig – deputado estadual**
- André Leonardo Eyng – representado por Adalberto Aluísio Eyng
- **Rogério Macanhão – presidente do Fenafisco**
- Fabiano Dadam Nau – presidente do Sindifisco
- **Waldemar da Costa – representando os Auditores Fiscais da Receita Estadual de Santa Catarina**
- Pedro de Andrade Garcia, in memoriam – representado por Valmor Zomer Garcia
- **Ivan Luiz de Mattos, in memoriam – representado por Maria Conceição de Mattos**
- Nelson Amâncio Madalena – representado por José Gervásio Justino
- **José Abelardo Lunardelli, in memoriam – representado por Rodrigo Nunes Lunardelli**
- Almir José Gorges
- **Antônio Carlos Vieira**
- Cláudio Andrade Ramos
- **Fernando Ferreira de Mello Júnior**
- José Reinaldo Figueiredo
- **Marco Aurélio de Andrade Dutra**
- Oscar Falk



Moacir Pereira: privilégio

Livro resgata história do fisco catarinense

No lançamento do livro "História do fisco catarinense – Construindo uma Santa Catarina melhor", o jornalista Moacir Pereira destacou o privilégio profissional e de cidadão de participar do trabalho. Explicou ainda que a obra resultou de milhares de documentos.

"Foi o livro que me deu o

maior trabalho até hoje, de compilação, revisão, leituras e releituras. Confesso também que foi uma extraordinária e rica experiência, uma satisfação, um grande prazer. Esse trabalho só fez multiplicar a admiração que já tinha para com os profissionais fiscais do Estado", pontuou o jornalista.

GERAL

Legislativo elege pré-sal como um dos desafios catarinenses

Seminário trata das implicações econômicas da exploração do mineral para estado, tema incorporado na Agenda Positiva do Parlamento, conjunto de ações em defesa de Santa Catarina



Carlos Kilian

Parlamentares se surpreendem com a magnitude das instalações

Deputados visitam Porto de Navegantes

Os deputados Gelson Merísio (DEM), primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, Adherbal Deba Cabral (PMDB), Cesar Souza Júnior e Ismael dos Santos, do DEM, Reno Caramori (PP), Serafim Venzon (PSDB), Professor Grando (PPS) e Renato Hinnig (PMDB) visitaram a Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes no dia 23 e surpreenderam-se com a estrutura do terminal.

Caramori, que preside a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, afirmou ter ficado surpreso com a modernidade do terminal. "Santa Catarina tem uma vida profissional de primeiro mun-

do", destacou. Segundo o diretor-superintendente administrativo da Portonave, Osmari de Castilho Ribas, o empreendimento de R\$ 429,5 milhões é o maior investimento já feito em um terminal portuário brasileiro nos últimos anos.

A infraestrutura do empreendimento permite aumento contínuo nos containers movimentados, que apresentou, em agosto, incremento de 144% com relação ao mês de janeiro. "Retomamos a movimentação de antes da enchente e voltamos a crescer", informou Castilho. O Terminal também desenvolve o projeto de responsabilidade social "Portonave de Todos".

Parlamentares defendem criação de Fundo contra Catástrofes

A criação de um Fundo Estadual para o Atendimento às Vítimas de Catástrofes foi defendida dia 22 pelo deputado Kennedy Nunes (PP) e apoiada por colegas para fazer frente aos desastres ocorridos no estado nos últimos meses. Apesar de a proposta ter que partir do Executivo, o parlamentar afirmou que, na Comissão do Orçamento, da qual participa, irá sugerir a discussão do tema para levar ao Executivo. "Sei que estaremos mexendo com a questão orçamentária do Estado, mas é preciso que os 40 deputados comecem a discutir isso. O governo precisa receber uma proposta elaborada", disse.

Kennedy fundamenta sua sugestão no fato de que o Estado não pode ficar dependendo das doações para tratar desses problemas. "Isso está errado. O

governo estadual tem que estar preparado para isso. É preciso criar uma rubrica no Orçamento para que, a partir dali, possamos facilitar a liberação dos recursos. O fundo deve existir, sim, em Santa Catarina." A profissionalização da Defesa Civil também foi defendida pelo deputado.

O deputado Círio Vandresen (PT) lembrou que a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou proposta semelhante no Senado, criando um fundo nacional. Representante do PMDB, o deputado Moacir Sompela se mostrou favorável à criação do Fundo e disse estar disposto a discutir o tema. "Essa é a maneira mais rápida, ágil e justa para atender nossos catarinenses. Até porque essa não será a última enchente que o estado sofrerá. Sou parceiro na discussão", falou.



Eduardo Guedes de Oliveira

Em seminário promovido no Auditório Antonieta de Barros, Assembleia Legislativa e Fiesc apresentam estudo que analisa cenário atual da produção e exploração de petróleo

Rodrigo Viegas

Tema incorporado à Agenda Positiva da Assembleia Legislativa, que tem por objetivo nortear ações parlamentares nos assuntos tratados como prioridade pelo Parlamento catarinense, o petróleo do pré-sal foi abordado no Seminário "O Petróleo do Pré-sal: Implicações Econômicas para Santa Catarina", realizado na noite do dia 22, no Auditório Antonieta de Barros.

O encontro apresentou estudo encomendado pela Fiesc a uma consultoria independente que analisa o cenário atual da atividade de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil, bem como a legislação atual do setor e suas novas propostas.

O presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB), que esteve em Brasília no último dia 15 para entregar o estudo ao ministro de Minas e Energia,

Édison Lobão, destacou que o assunto é um dos grandes desafios catarinenses.

"Estamos juntando forças políticas e econômicas no sentido de que Santa Catarina não fique excluída do processo de definição da exploração e arrecadação do pré-sal. Mesmo sendo um estado destacado e com índices altamente positivos, não podemos correr o risco de ficarmos à margem da divisão dos royalties do petróleo", avaliou o presidente.

Autor do estudo, o geólogo Cosme Peruzzolo buscou na distribuição dos royalties o principal foco de sua apresentação. A arrecadação governamental na área, que saltou de R\$ 280 milhões, em 1998, para aproximadamente R\$ 22 bilhões, em 2008, faz com que novas perspectivas sejam encampadas pelos estados.

Santa Catarina tem, atualmente, baixa participação na distri-

buição dos recursos – apenas R\$ 31,46 milhões, ou seja, 0,14% do montante de 2008 vieram para o estado. Na mesma situação, estão Paraná e Rio Grande do Sul que, juntos, receberam 0,67% do arrecadado em 2008, cerca de R\$ 150 milhões.

Segundo o estudo, com o aumento da produção brasileira de petróleo e gás conseguiu-se a almejada autossuficiência nacional. A produção vem crescendo a uma taxa superior a 7% ao ano, saltando dos 690 mil barris/dia, em 1994, para 1,89 milhão de barris/dia, em 2008.

Este fato, aliado às gigantescas descobertas deste mineral nas camadas do pré-sal, que se estendem do Espírito Santo até Santa Catarina, permite hoje prever que a produção nacional deverá atingir níveis surpreendentes, transformando o Brasil em importante país exportador de petróleo e seus derivados.



Presidente Jorginho Mello com o presidente da Fiesc, Alcântaro Corrêa

SC contra discriminação

Para o presidente da Fiesc, Alcântaro Corrêa, o levantamento, elaborado pela consultoria, deve servir como apoio aos parlamentares e ao Executivo na busca dos recursos que são

de direito dos catarinenses. "Não podemos permitir que receitas discriminatórias deixem Santa Catarina fora do processo de arrecadação", sentenciou o presidente da entidade empresarial.

Projetos de lei regulamentam atividade

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional quatro projetos de lei com objetivo de regulamentar a atividade de exploração e produção de petróleo e gás no pré-sal. Estes projetos podem ser resumidos como: Capitalização da Petrobrás; criação do Petro-Sal para gerenciar a exploração, produção e administração de recursos; criação do Fundo Social, para onde irão recursos vindos do lucro da produção dos campos de pré-sal; e implantação de contratos de partilha de produção.

Segundo o levantamento apresentado pela Fiesc, também existem vários outros projetos tramitando no Congresso que tratam sobre alteração de arrecadação e distribuição das participações governamentais. Peruzzolo acredita que o Projeto de Lei Complementar nº 279/2008, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que está em

tramitação, traz algumas vantagens aos estados da região Sul, dando base para discernir, refletir e identificar as oportunidades e as implicações econômicas para o estado.

O geólogo elogiou a criação de um ambiente amplo para discussão e recomendou apoio ao projeto da senadora Ideli, por acreditar ser mais justo aos estados da região Sul. "Estes estados devem se aglutinar para fortalecer a proposta da senadora, principalmente no tocante à mudança dos limites dos estados na Plataforma Continental, bem como buscar alternativas de arrecadação menos distorcidas para os estados menos favorecidos", argumentou.

A apresentação do estudo mostrou que, para haver qual-quer impacto positivo para Santa Catarina com a exploração do pré-sal, é necessário que ocorram mudanças significativas na

legislação. O foco principal é a alteração da distribuição das participações governamentais, com visão de diminuir a grande concentração da arrecadação de alguns estados, entre eles o Rio de Janeiro, que recebe 40% do total de royalties da exploração no Brasil, em detrimento de todos os demais entes da federação.

Prestigiaram o seminário o presidente da SC Gás, Ivan Ranzolin (DEM), representando o governo do Estado, o deputado Silvio Dreveck (PP), presidente da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia da Casa, o deputado Décio Góes (PT), representando a senadora Ideli, e os deputados Pedro Uczai (PT), Manoel Mota (PMDB), Renato Hinnig (PMDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Jailson Lima (PT), Darci de Mattos (DEM), Círio Vandresen (PT), e as deputadas Ana Paula Lima (PT) e Ada Faraco de Luca (PMDB).

Deputada quer que seja criada Comissão do Petróleo

Carlos Kilian

A deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) apresentou, dia 22, uma indicação ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) sugerindo a criação de uma comissão para estudar, acompanhar e defender o petróleo do pré-sal do litoral catarinense. De acordo com a autora, a Comissão do Petróleo do Pré-Sal/SC deve ser composta por representantes de várias esferas do poder público, entre eles o governo do Estado, secretarias estaduais, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público estadual, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores, empresários e técnicos.

O comitê terá a finalidade de solucionar os limites de demarcação e agilizar a ação de retificação do limite interestadual marítimo, contra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A parlamentar lembrou que esta ação foi proposta pela Procuradoria Geral do Estado, em 1991, e ainda não houve decisão por parte do Supremo Tribunal Federal. Para ela, a demarcação do mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná, feita pelo instituto, é equivocada. "Enquanto isso, todos os royalties resultantes da exploração dos poços de petróleo, encontrados na área que está no foco da ação judicial, estão indo direto para a conta do Paraná", reclamou.

Segundo a deputada, o marco do



Deputada Ada Faraco De Luca encaminha indicação ao governador

mar territorial, de onde termina um estado e começa o outro, Santa Catarina estará prejudicada, conforme manifestação de Ada. "Se as reservas disponíveis estiverem dentro da área que é objeto da ação judicial, nossa luta em defesa dos interesses catarinenses é ainda mais urgente. Os royalties do petróleo do pré-sal podem ser antecipados como receita futura", explicou.

A distribuição dos lucros do petróleo do pré-sal também foi alvo de debate. Ada defende um pacto federativo, com a participação dos estados, municípios litorâneos e da União. "Considero injusto um estado como o Mato Grosso receber uma fatia

dos royalties sem ter qualquer proximidade com a camada de petróleo do pré-sal. Temos que ter a clareza que explorar petróleo tem bônus, mas também tem o ônus, como a poluição e danos ao meio ambiente", declarou.

Outros deputados também concordam que os estados e municípios fora da faixa litorânea não participem dos lucros diretos da extração do petróleo do pré-sal, uma vez que já serão contemplados com recursos destinados pela União. Entre eles, se manifestaram os deputados Pedro Uczai (PT), Professor Sérgio Grando (PPS), Serafim Venzon (PSDB) e a deputada Ana Paula Lima (PT).

GERAL

Fiscalização para combustível adulterado

CCJ admite medida provisória que trata de critérios para apurar e coibir a comercialização irregular

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), admitiu, dia 22, a Medida Provisória nº 158/09, que trata de critérios sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis. Agora a MP deverá seguir para votação da sua admissibilidade em Plenário e depois análise do mérito nas comissões.

Em seu conteúdo a proposta do governo prevê diversas ações, entre elas a comunicação pela autoridade fazendária que tomar conhecimento de comercialização de combustível adulterado à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomustível (ANP).

Também informar o órgão estadual encarregado do Pro-

grama de Defesa do Consumidor (Procon), para tomar providências administrativas e dar conhecimento ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado para que sejam propostas as medidas judiciais cabíveis.

Consta também da MP que a Secretaria de Estado da Fazenda fica autorizada a celebrar convênio com a ANP e com os órgãos de defesa do consumidor para treinamento e credenciamento de Auditores Fiscais da Receita Estadual para que apliquem sanções administrativas como multas, apreensão do combustível adulterado e interdição, parcial ou temporária, do estabelecimento. A comprovação de que o combustível é adulterado deverá ser certificada por laudo elaborado

pela Agência Nacional de Petróleo ou por entidades e órgãos credenciados ou conveniados com a ANP.

A inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) será cancelada de ofício, no caso de reincidência no cometimento das infrações. A relação dos estabelecimentos atingidos pela medida, acompanhada dos respectivos endereços e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), será divulgada pelo Diário Oficial do Estado ou em página eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda.



Jonas Lemos Campos

Deputados dão sinal verde à admissibilidade da MP, que segue ao Plenário

Apoio ao combate à violência e exploração sexual de crianças

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), manifestou apoio à mobilização de combate à violência e à exploração sexual de crianças, dia 24, no Dia Estadual Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Instituída pela Lei nº 11.460/00, a data é uma conquista do Ministério Público catarinense e do Fórum que, juntos, visam conscientizar as pessoas da gravidade do problema, além de articular meios de proteção e atendimento às vítimas.

A sessão ordinária foi interrompida por dez minutos para que Miguel Minguillo, representante do Fórum Estadual pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, abordasse o tema, destacando que o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso cresce diariamente. "Observamos, nos últimos anos, uma série de movimentos sociais constitu-

írem-se. Políticas sociais para o enfrentamento à violência contra as crianças e adolescentes, que foram debatidas e analisadas, estão inseridas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual implantado em vários estados brasileiros. Porém, Santa Catarina não aderiu ao plano, acarretando barreiras para se vencer esse grave problema social," argumentou.

Diante deste cenário, Minguillo ressaltou que, atualmente, o Fórum Catarinense vem mantendo um movimento estadualizado, com articulações interinstitucionais também em âmbito nacional, através do Comitê Nacional de Enfrentamento. "Existe a real necessidade de intensificar investimentos por parte dos poderes públicos, especialmente os executivos estadual e municipais", frisou.

Com um discurso emocionado, Ana Paula falou do desespero das vítimas. Ela fez um apelo ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) para que Santa Catarina adote o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual.

Defensoria Pública volta ao debate

Alberto Neves



Quinta reunião sobre assunto foi promovida na Unesc, em Criciúma, pela Comissão de Direitos e Garantias

Para reavivar o movimento pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, foi realizada a quinta audiência pública para tratar do assunto. O evento aconteceu no auditório da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e foi promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida na ocasião pelo deputado Décio Góes (PT).

Uma grande conquista neste encontro, segundo Décio Góes, está na rearticulação do movimento pró-defensoria pública com o comprometimento de diversas entidades representativas como igrejas, universidades e comunida-

de em geral. A proposta que tomou corpo na audiência de Criciúma foi a de recolherem mais 8 mil assinaturas. Esse desafio ficou sob responsabilidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unesc.

A Igreja Católica apresentou, na audiência, 2 mil assinaturas. Isso faz parte da proposta de encaminhar um abaixo-assinado com mais de 50 mil assinaturas, de maneira que se possa apresentar este documento como um Projeto de Iniciativa Popular para implantar a Defensoria Pública em Santa Catarina pelo Movimento pela Criação da Defensoria Pública no Estado.

Autor dos pedidos de audiências públicas, o deputado Pedro

Uczai (PT) comentou que a Constituição Federal de 1988 adotou um modelo de assistência jurídica aos que não têm condições financeiras de contratar um advogado e devem ter a condição de defesa dentro do dispositivo constitucional de que todos são inocentes até que se prove o contrário. Uczai criticou o atual modelo de defensoria pública, pois Santa Catarina é o único estado a não possuir esse órgão de política pública. Segundo ele, não existe interesse do governo estadual em criar uma política de assistência judiciária e, sim, de continuar o assistencialismo. "O governo defende as elites e não os que mais precisam de atendimento."

Mais proteção aos consumidores

Com a instituição do Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo, os consumidores catarinenses terão à sua disposição um instrumento de controle social dos acidentes ocorridos por defeitos nos produtos e má realização dos serviços. O teor é do Projeto de Lei nº 356/08, do deputado Gelson Merísio (DEM), aprovado pela

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, durante a reunião dia 23, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT).

De acordo com o relator da matéria, deputado Kennedy Nunes (PP), o principal objetivo é proteger os consumidores e zelar pela sua saúde. Ele acrescentou que

os relatos de entidades médicas indicam um expressivo número de acidentes de consumo por inadequações, defeitos e falhas nas informações das embalagens.

"Na maior parte das vezes o reflexo cai sobre as crianças. Entendo que o projeto é meritório e de interesse da comunidade catarinense", observou.

APROVADOS

Escolas vão entrar na campanha de incentivo à doação de órgãos

Uma série de matérias foi apreciada, na sessão do dia 22, na Assembleia Legislativa. Entre os diversos projetos aprovados, todos por unanimidade, receberam destaque o que estabelece a Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos na rede estadual de ensino; o que cria o Dia de Combate ao Crack em Santa Catarina; o que institui o pagamento de meia entrada aos professores estaduais e o que versa sobre a obrigatoriedade das escolas, públicas e privadas, instalarem filtros de conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática. **(Leia mais abaixo)**

A Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos na rede pública de ensino será realizada, anualmente, de 21 a 27 de setembro. A matéria é do deputado Darci de Matos (DEM), autor do Projeto de Lei nº 219/09, aprovado com a emenda substitutiva global do

deputado Joares Ponticelli (PP), e tem como objetivo o estudo, a reflexão e a conscientização sobre o tema.

Darci explica que o transplante, muitas vezes, é a única solução para curar uma falha irreversível do rim, fígado, coração, pulmão, córneas ou de outra parte do corpo. Destaca ainda que o procedimento é, cada vez mais, o melhor cami-



Darci de Matos: sociedade

nho para o regate de pessoas em fase terminal ou cronicamente incapacitadas. "Por mais evoluída que seja a tecnologia médica disponível e o funcionamento da estrutura hospitalar, não existe transplante sem o envolvimento da sociedade em todas as etapas do processo: no apoio às campanhas de esclarecimento público e de estímulo à doação de órgãos, no acompanhamento e controle das listas de espera, e na compreensão e aceitação".

A semana contará com uma série de atividades: exposições de trabalhos escolares, palestras, debates, seminários, entrevistas e exibição de material audiovisual deverão se destinar aos alunos do ensino fundamental e médio, contando com a participação efetiva destes, respeitando-se o nível escolar respectivo.

O evento será realizado em todo estado, em época conveniente e comum a toda a rede,



Divulgação

Projeto vai investir na conscientização para incentivar transplantes

a ser definida pelas secretarias de Estado da Educação e da Saúde. Em sua justificativa para a proposição, o deputado Darci afirmou que "o aumento de doadores não depende apenas de leis e de financiamento, e sim de

um intenso e contínuo trabalho de educação e informação, sem deixar de contar com o incentivo para atitudes de boa vontade de todos, em especial dos profissionais de saúde, principal elo da cadeia doação-transplante".

Dia de Combate ao Crack

Com a evolução nos últimos anos do consumo e do comércio de drogas e entorpecentes, principalmente o crack, substância que se destaca pelo alto poder de destruição, o deputado Jean Kulhmann (DEM) teve aprovado projeto de sua autoria que institui o Dia de Combate ao "Crack" em Santa Catarina. Se sancionada a lei pelo governador, a data de conscientização sobre os males da droga será 19 de

outubro.

Segundo o autor do Projeto de Lei (PL) nº 314/200, a iniciativa busca estimular a reflexão sobre os problemas e estragos que esta droga, em especial, está trazendo à estrutura social e familiar. Estudos mostram que esta é uma das drogas mais potentes entre as substâncias químicas usadas para este fim, levando 12 segundos para chegar ao cérebro.

A sensação de euforia, a

vontade de usá-la novamente e seu rápido poder de viciar levam a situações em que o usuário se torna agressivo: mentem, roubam e se prostituem, além de se tornarem alvos de doenças pulmonares e circulatórias que podem levar à morte. Quando do efeito da droga e mesmo em busca dela, os usuários se expõem à violência e a situações de perigo que podem causar dano irreversível.

Brasil SGI

O Dia Estadual da Associação Brasil SGI será comemorado anualmente no dia 19 de outubro. Este é o teor do Projeto de Lei nº 284/09, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), aprovado pelos parlamentares, que determina que governo do Estado, em parceria com os movimentos sociais, poderá promover ampla divulgação e realização de atividades alusivas ao evento.

A Fundação Soka Gakkai Internacional (SGI) tem como principais focos de ação a promoção da paz, cultura e educação, alcançando aproximadamente 13 milhões de membros no Japão, tornando-se a maior organização de seu gênero naquele país. Hoje, a SGI está presente em cerca de

200 países e regiões, e realiza atividades em prol do bem-estar da sociedade.

Em 3 de maio de 1960, Daisaku Ikeda assumiu a presidência da organização e prossegue percorrendo o mundo, aplicando ativamente os princípios da filosofia budista aos problemas da humanidade, empenhando-se vigorosamente para criar uma nova era no século XXI - uma era de esperança, de compreensão, de respeito mútuo e de paz e prosperidade embasadas no verdadeiro humanismo. Em Santa Catarina, a BSGI foi fundada em 1987 e promove atividades socioculturais buscando o estímulo aos indivíduos para que possam superar as adversidades diárias.

Filtro pornográfico

Com o objetivo de impedir que crianças e jovens, em sala de aula, possam ter acesso a sites de conteúdo pornográfico, as escolas públicas e privadas de Santa Catarina terão que instalar filtros em seus equipamentos de informática. O Projeto de Lei nº 629/07, de autoria da deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), aprovado em Plenário, ainda estabelece que o Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários para a regulamentação da Lei.

A parlamentar esclarece que a sua proposição é de grande alcance educacional e social, pois preserva a atenção dos alunos durante o período em que estiverem dentro das escolas, evitando certas distrações que prejudicam o aprendizado.

Meia entrada

O Plenário aprovou dia 22 o Projeto de Lei nº 9/08, do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que assegura aos professores estaduais o pagamento de meia entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, espetáculos teatrais e musicais, cinemas, em praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer. Serão beneficiados pela lei os professores pertencentes ao quadro efetivo e ao quadro de caráter temporário dos estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus de Santa Catarina. Os servidores deverão portar carteira funcional, expedida pela Secretaria de Educação.

O parlamentar justifica que a proposta serve de incentivo aos principais formadores da

sociedade catarinense, com o fim de obter acesso à cultura, na busca de conhecimentos gerais, indispensável para melhor exercer sua profissão. "A cultura é solo fértil para a formação de opiniões, constituindo um espaço para a conscientização dos nossos direitos, o que envolve o reconhecimento de sua violação e dos meios pelos quais podemos pleiteá-los ou denunciar a sua negação. É inevitável concluir que a cultura é instigadora da cidadania", declarou Sargento Soares. Ele lembrou que a Constituição assegura o acesso à cultura a todos os brasileiros, ressaltando ser um aspecto da vida coletiva que envolve a produção e transmissão de pensamentos, além da criação intelectual e artística.

Cultura evangélica

Os parlamentares aprovaram dia 22 o Projeto de Lei nº 41/08, do deputado Kennedy Nunes (PP), que recebeu emenda substitutiva global do deputado Joares Ponticelli (PP), instituindo o Dia Estadual da Cultura Evangélica. A homenagem será prestada no dia 24 de novembro.

Kennedy destaca que as igrejas evangélicas têm contribuído para uma sociedade mais justa e humana, pois estão amparadas nos princípios bíblicos que regem a vida familiar e social do indivi-

duo de forma ilibada, norteando-o para o altruísmo na conduta perante o próximo. "A criação do Dia da Cultura Evangélica será o reconhecimento, por parte de Santa Catarina, daquelas pessoas que buscam contribuir, da melhor forma possível, para o crescimento não só espiritual, mas também ético de toda sociedade. Contribui para uma convivência religiosa fraternal e harmoniosa, voltada para onde converge o verdadeiro amor, que é dentro da vontade e na presença de Jesus Cristo."

COMUNIDADE

Fotos Carlos Kilian



Deputados Jean Kuhlmann, Rogério Mendonça – Peninha e Adherbal Deba Cabral conheceram, com Guilherme Bresciani, os sistemas de segurança e monitoramento da barragem de José Boiteux

Barragens do Alto Vale a todo vapor

Fórum Parlamentar de Prevenção e Contenção de Desastres Naturais visita contenções em Taió

Graziela May Pereira

Os deputados do Fórum Parlamentar de Prevenção e Contenção de Desastres Naturais em Santa Catarina visitaram as barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí. Os deputados constataram que as três barragens estão em bom funcionamento. Participaram da vistoria o presidente do Fórum Jean Kuhlmann (DEM) e os deputados Rogério Mendonça - Peninha e Adherbal Deba Cabral, do PMDB.

A primeira barragem a ser visitada foi a de Taió, também denominada Barragem Oeste. Com capacidade para 85 milhões m³ de água, foi inaugurada em 1973 e nos últimos meses recebeu melhorias com o novo sistema de segurança e monitoramento.

A instalação do sistema, realizada nas três barragens, custou quase R\$ 1 milhão. Com isso, a sociedade pode acompanhar o volume das águas pela internet, 24 horas por dia, através do site do Deinfra. “Com esse sistema também será possível abrir ou fechar as comportas das barragens. E a população poderá fazer o monitoramento e se sentir mais segura”, informou Guilherme Rodolfo Bresciani, gerente de Obras Hidráulicas e Barragens do Deinfra. O sistema deve entrar em funcionamento nas próximas semanas.

População

De acordo com o deputado Deba Cabral, a visita à barragem de Taió o deixou muito aliviado.

“Vimos ver in loco a situação e pude perceber que se depender da barragem estamos seguros. Os governos estadual e federal estão fazendo os investimentos necessários para a segurança da população”. O parlamentar ainda afirmou que deve sugerir ao governo do Estado, juntamente com a Santur, a utilização das barragens para o turismo.

Em Ituporanga a situação não foi diferente. Das três obras visitadas, a Barragem Sul, com capacidade para 97,5 milhões de m³ de água, era a que estava mais seca. Segundo o operador, José Antônio Lenzi, se não fosse a barragem, em novembro de 2008 os municípios de Ituporanga e Rio do Sul teriam sido arrasados pela cheia. A última vez que a Barragem Sul verteu foi em fevereiro de 2005.

O deputado Peninha, que é de Ituporanga, afirmou que está satisfeito com o que viu. “As barragens têm uma importância enorme para nossa região. Se elas não existissem imagine o que teria acontecido na última enchente. O nosso trabalho aqui hoje é preventivo. Estamos aqui para garantir que o bom funcionamento continue”.

Peninha também disse que o Fórum vai lutar pela liberação da verba destinada para as barragens no valor de R\$ 5 milhões, estabelecida na Medida Provisória nº 448, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro de 2008.

A maior das três barragens, localizada em José Boiteux, foi a última a ser visitada. Com capacidade para 356 milhões de m³ de

água, ela nunca passou dos 42% de sua capacidade. Com duas comportas, apenas uma delas está em funcionamento. “Mesmo com apenas uma comporta funcionando estamos seguros. A Barragem Norte nunca atingiu a sua capacidade total, dando segurança a todos”, disse Jean Kuhlmann.

O parlamentar também garantiu que, após as visitas, um relatório será feito e levado a Brasília para reivindicar a liberação da verba que garantirá a nova comporta da Barragem Norte, além da construção de muros de contenção e obras civis. “Todo o trabalho realizado pelo Deinfra merece ser destacado. O sistema de monitoramento vai tranquilizar, e muito, a população. Tudo o que vimos hoje me deixou muito satisfeito”, completou Kuhlmann.



Barragem Sul, em Ituporanga, era a que estava mais vazia



Barragem Oeste, em Taió, com capacidade para 85 milhões de metros cúbicos de água, foi inaugurada em 1973